

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: Tel: +251-115- 517 700 Fax: +251-115- 517844 / 5182523
Website: www.au.int

CONFERÊNCIA DA UNIÃO
Trigésima Primeira Sessão Ordinária
1 - 2 de Julho de 2018
Nouakchott, MAURITÂNIA

Assembly/AU/3(XXXI)
Original: Inglês



Creating One African Market

**RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DAS NEGOCIAÇÕES SOBRE A ZONA
DE COMÉRCIO LIVRE CONTINENTAL AFRICANA (ZCLCA),
APRESENTADO À 31ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA DOS
CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO AFRICANA
01-02 DE JULHO DE 2018,
NOUAKCHOTT,
MAURITÂNIA**

POR
**SUA EXCELÊNCIA SR. ISSOUFOU MAHAMADOU, PRESIDENTE DA
REPÚBLICA DO NÍGER E LÍDER DO PROCESSO DA ZONA DE
COMÉRCIO LIVRE CONTINENTAL AFRICANA (ZCLCA)**

Sua Excelência Paul KAGAME, Presidente da República do Ruanda, Presidente em exercício da Conferência da União Africana,

Sua Excelência Mohamed ABDELAZIZ, Presidente da República Islâmica da Mauritânia,

Excelências Chefes de Estado e de Governo,

Sua Excelência Moussa Faki Mahamat, Presidente da Comissão da União Africana,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

1. Em conformidade com o mandato que me foi confiado pela nossa Conferência, para conduzir o processo de negociação da Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA), devo submeter, a cada uma das nossas sessões, o relatório sobre o estado de implementação das decisões por nós tomadas para a realização deste ambicioso projecto continental.

2. Tenho a honra de apresentar a Vossas Excelências, hoje, o meu relatório intercalar, cobrindo o segundo trimestre do ano de 2018, bem como as perspectivas para os próximos meses.

3. Nos meus relatórios anteriores, apresentei a Vossas Excelências uma informação sobre as actividades realizadas até Março de 2018. Durante a nossa Cimeira Extraordinária de Kigali, realizada a 21 de Março de 2018, submeti a Vossas Excelências uma informação actualizada sobre o trabalho e os progressos alcançados, que levaram à assinatura do Acordo da ZLCCA. O relatório que apresento a esta Conferência incidirá, por conseguinte, sobre as actividades que tiveram lugar desde a histórica Cimeira de Kigali, realizada em Março de 2018, na qual 44 Estados Membros assinaram o Acordo da ZLCCA. De seguida, irei evocar as actividades previstas até a data simbólica de 21 de Março de 2019, na qual seremos convidados para celebrar o primeiro aniversário da ZLCCA.

Excelência Chefes de Estado e de Governo,

4. Os novos acontecimentos registados durante o período de Março a Junho de 2018 referem-se, inevitavelmente, ao sucesso do processo de criação da Zona de Livre Comércio Continental Africana, na arena mundial. Com efeito, o número de assinaturas registadas demonstra a grande vontade de a África avançar, rumo à sua integração efectiva. Os comentários positivos, sobre este assunto, provenientes de todos os quadrantes, resultam dos esforços comuns dos países africanos para a conclusão do processo de negociação da Zona de Livre Comércio Continental Africana.

5. Desde a Cimeira de Kigali e em conformidade com o Roteiro que tive a oportunidade de submeter a Vossa Excelências, nessa altura, foi feita uma *limpeza*

jurídica dos anexos e apêndices ao Protocolo sobre o Comércio de Mercadorias e ao Protocolo sobre as Disposições relativas à Resolução de Litígios.

6. As negociações da Zona de Livre Comércio Continental Africana conduziram à realização de duas reuniões, em Adis Abeba, de 30 de Abril e 12 de Maio de 2018, e em Dakar, de 25 a 31 de Maio de 2018. No final destas duas reuniões, os Anexos ao Protocolo sobre o Comércio de Mercadorias estão prontos para aprovação.

Trata-se:

- Do Anexo 2 sobre as Regras de Origem;
- Do Anexo 3 sobre a Cooperação Aduaneira e a Assistência Administrativa Mútua;
- Do Anexo 4 sobre a Facilitação das Trocas Comerciais;
- Do Anexo 5 sobre as Barreiras Não Tarifárias;
- Do Anexo 6 sobre as Barreiras Técnicas ao Comércio;
- Do Anexo 7 sobre as Medidas Sanitárias e Fitossanitárias;
- Do Anexo 8 sobre o Trânsito; e
- Do Anexo 9 sobre as Medidas Correctivas Comerciais.

7. A limpeza jurídica das directrizes sobre as medidas correctivas comerciais da Zona de Livre Comércio Continental Africana foi acrescentada na agenda integrada da reunião na qual os nossos Peritos irão participar até ao final do ano. Os Anexos ao Protocolo sobre as Disposições relativas à Resolução de Litígios estão igualmente prontos para aprovação. Trata-se, nomeadamente, dos seguintes anexos:

- Anexo 1 sobre os Procedimentos de Trabalho do Grupo Especial;
- Anexo 2 sobre a Análise pelos Peritos; e
- Anexo 3 sobre o Código de Conduta para os Árbitros e os Membros do Painel.

8. Tendo em conta que alguns Estados Membros desejam que estes Anexos sejam revistos e aprovados antes da assinatura e ratificação do Acordo, tenho a honra de solicitar todos os Estados Membros a efectuar estas formalidades, para que a nossa Cimeira possa aprovar, oficialmente, estes documentos, que nos são recomendados pelos Ministros do Comércio e da Justiça.

9. **No que diz respeito às listas das concessões tarifárias e às modalidades** propriamente ditas, os Estados Membros vão elaborar o Anexo 1 sobre as Listas de Concessões Tarifárias, em conformidade com as Modalidades aprovadas sobre a Liberalização Tarifária, para que o referido Anexo 1 esteja pronto para aprovação, durante a nossa Cimeira de Janeiro de 2019.

10. Durante a sua reunião em Dakar, os Ministros Africanos do Comércio deliberaram sobre as percentagens propostas para os produtos sensíveis e as listas de exclusão. Essas listas referem-se aos produtos que não estarão sujeitos à liberalização, no quadro da Zona de Livre Comércio Continental Africana, ao passo que as listas sensíveis dizem respeito aos produtos sujeitos a um calendário mais longo de liberalização. Os Ministros concentraram-se em três propostas principais, nomeadamente:

- 3% para exclusão e 7% para os produtos sensíveis;
- 5% para exclusão e 5% para os produtos sensíveis; e
- 1% para exclusão e 9% para os produtos sensíveis.

11. Os Ministros acordaram que os Estados Membros devem efectuar consultas sobre as três opções disponíveis, ao nível nacional e de algumas Comunidades Económicas Regionais, até ao final de Setembro de 2018, com vista a tomar uma decisão final.

12. Por conseguinte, gostaria de solicitar a esta Conferência para dar orientações políticas sobre esta questão, por forma a evitarmos atrasos no processo de trabalho da Zona de Livre Comércio Continental Africana. A este propósito, torna-se indispensável que a nossa Cimeira dê um seguimento favorável à recente reunião dos Ministros do Comércio, que **«solicita à Cimeira para examinar se uma exclusão e uma lista sensível, sob o ponto de vista continental, promovem o comércio intra-africano, a industrialização e a integração do mercado»**.

13. Em minha opinião, a lista de exclusão vai constituir uma barreira para o crescimento do comércio intra-africano e, a este propósito, deveríamos desencorajar esta opção. Todavia, podemos acomodar a lista dos produtos sensíveis, de tal modo que haja um processo gradual de liberalização, num período de dez anos, com vista a permitir aos Estados Membros proceder aos ajustamentos apropriados. Por outro lado, esta abordagem respeita a prática existente nas nossas Comunidades Económicas Regionais.

14. De igual modo, gostaria de sublinhar que as investigações feitas pelos nossos parceiros estratégicos, tais como a CNUCED e a CEA, provaram que o nosso comércio está concentrado em 30 linhas tarifárias. Por conseguinte, a exclusão de 1% equivale ao bloqueio do comércio em cerca de 53 linhas tarifárias. Esta opção resulta na redução dos níveis actuais do comércio intra-africano, enquanto o nosso desejo é de aumentar o comércio. Não restam dúvidas que esta opção é contrária aos objectivos da Zona de Livre de Comércio Continental Africana. Se a Cimeira aprovar as minhas recomendações, o processo ganharia um tempo precioso, rumo à sua realização efectiva.

15. Em Dakar, os Ministros do Comércio examinaram também as propostas relativas aos sectores prioritários para a liberalização do comércio de serviços. As áreas que se seguem, cujos Ministros julgaram que facilitarão a nossa integração, foram aprovadas como sectores prioritários para a liberalização:

- Serviços Financeiros;
- Serviços de Telecomunicações;
- Serviços dos Transportes;
- Serviços do Turismo; e
- Serviços Empresariais.

16. A selecção destes cinco sectores de serviços prioritários abrirá o caminho para a preparação e apresentação efetivas de listas de compromissos específicos. Com base nos princípios da geometria variável e da reciprocidade, os Ministros recomendaram que os Estados Membros que desejarem liberalizar outros sectores, para além destes cinco, estejam livres de o fazer.

Excelências Chefes de Estado e de Governo,

17. As Negociações e a Domesticação da Fase 2 da Zona de Livre Comércio Continental Africana e do Plano de Acção sobre o Fortalecimento do Comércio Intra-africano avançaram, em conformidade com as recomendações da Cimeira de Kigali.

18. Os nossos Ministros do Comércio acordaram sobre todas as questões que serão inscritas na agenda integrada, tendo aprovado o programa transitório de trabalho modificado, principalmente a elaboração de listas de compromissos específicos sobre os Serviços, Listas de Concessões Tarifárias, Regras de Origem, Critérios e Directrizes sobre o Tratamento de Mercadorias Provenientes de Zonas Económicas Especiais. As Directrizes da ZCLCA sobre Recursos em Matéria Comercial, foram igualmente incluídos na Agenda Integrada e deverão ser aprovados pela nossa próxima Cimeira, em Janeiro de 2019, juntamente com o resto das questões acima mencionadas.

19. De igual modo, em conformidade com a recomendação de Vossas Excelências, dei prosseguimento às consultas com os sete Estados Membros que exprimiram preocupações, com vista a alcançarmos um consenso mais alargado. A este propósito, a recente reunião dos Ministros do Comércio, realizada em Dakar, recomendou a organização de uma reunião especial, com os Chefes de Estado e de Governo dos sete países interessados, à margem da Cimeira. Serão enviados convites aos Chefes de Estado e de Governo, através das suas Missões Diplomáticas em Adis Abeba. Serão tomadas disposições apropriadas para a organização da reunião, com a subsequente apresentação do relatório sobre este assunto em Janeiro de 2019.

20. Posso igualmente informar que a Comissão iniciou a trabalhar para fazer o lançamento da 2ª Fase das negociações sobre a Política de Concorrência, Investimento e Direitos de Propriedade Intelectual antes do final deste ano, com o objectivo de submeter os projectos de textos jurídicos à Sessão da Conferência de Janeiro de 2020, para adopção.

Excelências Chefes de Estado e de Governo,

21. Com vista a garantir a plena participação de todas as partes interessadas, incluindo o sector privado, a sociedade civil, a academia, a juventude, as mulheres, os parlamentares, as associações de trabalhadores, os comerciantes transfronteiriços e outros no processo da Zona de Livre Comércio Continental Africana, é indispensável proceder à sua integração nas legislações nacionais.

22. Este processo está a ser realizado a dois (2) níveis, nomeadamente:
- Criação de comités nacionais ou outras estruturas adequadas; e
 - Formulação de estratégias nacionais da ZLCCA e de Promoção do Comércio Intra-africano (BIAT).
23. Na última reunião, os Ministros Africanos do Comércio concordaram em estabelecer comités nacionais da ZLCCA ou utilização das estruturas existentes e apropriadas. Esses comités teriam a representação de parlamentares, do sector privado, da sociedade civil, da academia, da juventude, das mulheres, de associações de trabalhadores, de comerciantes transfronteiriços; entre outros. Estes reunir-se-iam regularmente para monitorizar como cada país está a implementando a ZLCCA a nível nacional. Gostaria de acrescentar que desenvolvemos um modelo comum para uso pela nossa Comissão para obter relatórios regulares sobre os progressos de cada um de nós sobre como estamos a facilitar o engajamento das partes interessadas a nível nacional. Se esta Conferência aceitar, podemos solicitar à nossa Comissão a desenvolver um projecto modelo para nossa apreciação na Cimeira de Janeiro de 2019.
24. O engajamento das partes interessadas na ZLCCA começou. No início de Maio, o Presidente da Comissão da União Africana, a Comissária para os Assuntos Políticos e o Comissário para o Comércio e Indústria contractaram o Parlamento Pan-Africano sobre a ZLCCA e o Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas, Direito de Residência e Direito de Estabelecimento. Os parlamentares acolheram com agrado esse engajamento e sugeriram que seja uma prática regular no trabalho de colaboração entre a Comissão e o Parlamento Pan-Africano. Apelaram igualmente para o seu envolvimento nas reuniões da ZLCCA. Em resposta, a Comissão concordou em acomodar os parlamentares e solicitou ainda aos parlamentares a defenderem a aceitação da ZLCCA nos seus respectivos parlamentos nacionais, bem como nos seus constituintes.
25. Com relação à mobilização da aceitação por parte do sector privado da Zona de Comércio Livre Continental Africana, a Comissão da União Africana fez uma parceria com o *Afro-Champions Club* para promover a sensibilização do sector privado africano em todo o continente. Até agora, foram realizadas missões para as capitais da Côte d'Ivoire, Gana e Senegal para reuniões e contactos com representantes do sector privado e estão em curso planos para lançar o programa de sensibilização para outros países africanos ao longo do tempo. Há interesse tangível do sector privado africano na Zona de Comércio Livre Continental Africana. No entanto, há falta de informação para o sector privado sobre toda a gama de oportunidades de negócios que este mercado emergente lhes oferece. Além disso, a 20 de Março de 2018, instituímos o Fórum Empresarial da Zona de Livre Comércio Continental Africana como uma plataforma regular de diálogo entre o sector privado africano, por um lado, e os decisores políticos africanos, por outro lado, com a função adicional de facilitar a rede de negócios para empresas. Estou certo de que os Estados-membros e a Comissão estão a complementar esforços para facilitar a participação efectiva do sector privado africano na Zona de Livre Comércio Continental Africana.

26. Em Setembro deste ano, a Comissão da União Africana vai colaborar com o Centro de Comércio Internacional para realizar um Fórum da Juventude sobre a ZLCCA em Lusaka, Zâmbia, como uma forma de alargar o envolvimento das partes interessadas na ZCLCA. Há igualmente um programa para o envolvimento da Sociedade Civil. Para o efeito, a Comissão e o Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) deverão realizar uma sessão sobre a ZCLCA com outros membros da Sociedade Civil, no decorrer deste ano.

27. No mesmo diapasão, a reunião dos Ministros das Finanças, Planificação do Desenvolvimento e Integração, organizada pela Comissão Económica das Nações Unidas para África, realizada em Maio de 2018, recomendou que os Estados Membros da União Africana considerassem propor estratégias nacionais da ZCLCA como parte da sua aplicação na legislação interna. Nesse contexto, a Comissão Económica das Nações Unidas para África está a mobilizar recursos financeiros para ajudar os Estados-membros da União Africana a formular estratégias nacionais da ZCLCA.

28. De igual modo, é conveniente realçar e saudar a iniciativa da Comissão, visando a finalização de um Guia de Negócios para a Zona de Comércio Livre Continental Africana, a ser publicado em Dezembro deste ano e lançar para o sector privado africano em 2019 e 2020. O Guia de Negócios será um resumo ideal para negócios das principais disposições do Acordo e Protocolos da Zona de Comércio Livre Continental Africana, bem como notas explicativas sobre algumas dessas disposições. Abordará ainda as principais preocupações do sector privado; preocupações a serem colhidas das questões que estamos a receber do sector privado por meio das campanhas de sensibilização e pesquisa que estamos a realizar.

29. Em minha opinião, devem incluir também a necessidade de dispormos de estratégias nacionais sobre a promoção das trocas comerciais intra-africanas.

Excelências Chefes de Estado e de Governo,

30. Demos um passo histórico em Março de 2018, para criar a ZLCCA. O primeiro aniversário será igualmente histórico. A este respeito e tendo em conta o carácter simbólico da ZLCCA no compromisso de África de assumir, solidariamente, o seu destino, sugiro a realização das seguintes actividades, para marcar o acontecimento:

- Realização de uma Cimeira Extraordinária a 21 de Março de 2019, para celebrar o feito histórico. Para torná-lo mais significativo, sugiro que todos nós deveríamos participar nessa Cimeira, tendo assinado e ratificado os instrumentos jurídicos da ZCLCA. Podemos igualmente aproveitar a ocasião para tomar a decisão formal sobre a localização do Secretariado Permanente da ZCLCA, caso essa decisão não seja tomada mais cedo;
- Realização do Segundo Fórum Empresarial da ZCLCA, um dia antes, como foi feito durante a reunião inaugural, uma vez que os nossos homens de negócios

pediram-nos para institucionalizar o Fórum como uma plataforma para o seu envolvimento, bem como facilitar a rede de negócios para empresas;

- Organização de um Fórum que reúna os nossos parlamentares, a sociedade civil, a academia, a juventude, as mulheres, as associações de trabalhadores, os comerciantes transfronteiriços e outros, para que possam igualmente fazer as suas contribuições no trabalho da ZCLCA; e
- Convocação e participação efetivas de todos os actores e parceiros ZLCCA.
- Por outro lado, é conveniente acelerar a elaboração dos critérios relativos ao estabelecimento de um Secretariado Interino. A Comissão da União Africana vai submeter um relatório sobre esta questão em Janeiro de 2019.

31. Enquanto aguardamos por esse relatório, convido esta Cimeira a pronunciar-se as questões relativas à criação, localização, estrutura e orçamento do Secretariado. Devemos decidir sobre a questão pendente da criação e localização do Secretariado Permanente, deveremos igualmente chegar a acordo sobre o prazo para a apresentação de ofertas por parte dos nossos Estados-membros que estejam interessados em acolhe-lo. Devemos igualmente orientar a Comissão a elaborar um relatório de avaliação demonstrando o que será feita imediatamente após o fim do prazo para apresentação de ofertas. A avaliação será baseada em critérios existentes sobre o acolhimento de instituições e Órgãos da União Africana.

32. É preciso aproveitar alguns eventos para a divulgação dos princípios da Zona de Livre Comércio Continental Africana, tais como a Feira do Comércio Intra-africano, que será organizada pelo Banco Africano de Exportação e Importação [*African Export and Import (AFRIEXIM) Bank*], em colaboração com o Governo da República Árabe do Egito e a Comissão da União Africana, em Dezembro de 2018, em Cairo.

Excelências Chefes de Estado e de Governo,

33. O processo de ratificação da Zona de Livre Comércio Continental Africana está na direcção certa. O Quênia e o Gana foram os primeiros a depositar simultaneamente os seus instrumentos de ratificação a 10 de Maio de 2018. O Ruanda depositou os seus instrumentos de ratificação a 27 de Maio, e foi igualmente o primeiro a depositar os instrumentos de ratificação do Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas. O Níger depositou os seus instrumentos de ratificação a 8 de Junho de 2018. Exorto todos nós a assinar e ratificar o Acordo relativo à criação da ZLCCA.

34. Para que África fale a uma só voz, todos nós devemos ser Estados Partes da ZLCCA. Por outro lado, gostaria de exortar a todos a enviar as suas contribuições, para que o livro comemorativo seja lançado em Janeiro de 2019.

35. É importante sublinhar que, desde o lançamento do ZLCCA, alguns parceiros comerciais globais têm procurado estabelecer acordos comerciais bilaterais com alguns

dos nossos países. Embora seja o direito soberano de cada Estado Membro da União Africana celebrar tais acordos, sou de opinião que estes acordos não devem prejudicar o grande projecto da criação e funcionamento da ZCLCA. Comprometemo-nos a falar de uma só voz e a trabalhar juntos. Devemos trabalhar colectivamente para não assinarmos acordos comerciais bilaterais antes da entrada em vigor do Acordo que institui a Zona de Livre Comércio Continental Africana. Devemos também nos comprometer a envolver os parceiros externos como um bloco, falando a uma só voz, para garantir que nossos interesses sejam defendidos de forma adequada e para nos dar mais força em tais discussões.

36. O Banco Africano de Exportação e Importação, como a instituição africana dedicada principalmente à mobilização do financiamento comercial para África, vai desempenhar um papel essencial na nossa longa jornada para garantir que a Zona de Livre Comércio Continental Africana funcione e gere resultados tangíveis para os africanos comuns. Nesse contexto, recomendo que o reconheçamos como participante regular nas nossas reuniões, à semelhança do Banco Africano de Desenvolvimento e da Comissão Económica das Nações Unidas para África.

Excelências Chefes de Estado e de Governo,

37. Gostaria de submeter à vossa consideração algumas prespectivas, em forma de conclusão do meu relatório, assim como as recomendações. Em primeiro lugar, lembrar que não devemos cair no desânimo.

38. Não devemos deixar que a agora data histórica de 21 de Março de 2018 se dissipe na distância. Gostaria muito de ver o nosso dia de aniversário de assinatura da Zona de Livre Comércio Continental Africana, no próximo ano, a 21 de Março de 2019, ser um dia em que podemos nos reunir novamente para celebrar a entrada em vigor da ZCLCA, idealmente com todos os nossos Estados-membros tendo assinado e ratificado o Acordo.

39. Neste sentido, recomendo o seguinte:

- Que adoptemos os Anexo ao Protocolo do Acordo da ZCLCA de Comércio de Mercadorias e o Protocolo sobre as Normas e Procedimentos de Resolução de Litígios que passaram por revisão jurídica;
- Que removamos totalmente a lista de exclusão mas, mantenhamos a lista de produtos sensíveis no nosso regime de liberalização do comércio;
- Prosseguimento de debates com os colegas que preferem o nível de ambição de 85% no nosso programa de liberalização do comércio;
- Elaboração, pela Comissão, até Janeiro de 2019, de um modelo sobre o funcionamento dos Comitês Nacionais da ZLCCA;
- Elaboração de estratégias nacionais da ZLCCA e de Promoção do Comércio Intra-africano;

- Encorajamento do interesse expresso do sector privado, dos parlamentares, de associações de trabalhadores, das mulheres da juventude e de comerciantes transfronteiriços, entre outras partes interessadas africanas, de contribuir no trabalho da ZLCCA;
- Publicação do Guião de Negócios da ZLCCA e implementação, pelo Sector Privado Africano, em todo o continente em 2019 e posteriormente;
- Assinatura e ratificação do Acordo da ZLCCA, antes do primeiro aniversário, e comemoração do primeiro aniversário da ZLCCA, a 21 de Março de 2019, com todos os actores interessados, em conformidade com formato da criação da ZLCCA;
- Criação e escolha da Sede do Secretariado da ZLCCA;
- Implementação do nosso compromisso de não assinar acordos comerciais bilaterais com parceiros externos até a entrada em vigor dos instrumentos jurídicos da ZLCCA, incluindo uma parceria acrescida com o Banco Africano de Financiamento do Comércio.

40. Estou convencido de que a Zona de Livre Comércio Continental Africana tem grande potencial de acelerar a transformação estrutural de África através da industrialização. Isso permitirá a exploração de cadeias de valor levando à redução da exportação de produtos de base sem agregação de valor e aumento da criação de empregos. O sucesso da ZLCCA e a criação de mais oportunidades de emprego para a nossa juventude, em particular, terá um impacto directo na criação da paz duradoura e segurança no nosso continente. O sucesso da ZLCCA vai igualmente fortalecer a nossa parte nas negociações com organismos externos.

41. A terminar, **Excelências Chefes de Estado e de Governo**, gostaria de manifestar a minha gratidão por constatar que, a partir de 21 de Março de 2018, atingimos "o ponto de não retorno" no que diz respeito a este grande sonho de África. O que nos resta fazer é avançar rápido e bem. Estou convencido de que o caminho a percorrer irá, progressivamente, registar melhorias.

42. Por conseguinte, vamos trabalhar com confiança. Não tenhamos medo de correr riscos, se for necessário. Criemos uma dinâmica para que possamos aumentar o comércio intra-africano, a industrialização e aumentar as perspectivas de emprego para o nosso povo, especialmente a juventude, bem como a paz e segurança duradouras, ancoradas na prosperidade de todo o continente.

2018-07-02

Report on the Status of the African
Continental Free Trade Area (AfCFTA)
Negotiations Submitted to the 31ST
Ordinary Session of the African
Union assembly of Heads of State and
Government, 1 – 2 July 2018,
Nouakchott, Mauritania by HIS
Excellency Mr. Issoufou Mahamadou,
President of the Republic of Niger and
Leader of the African Continental Free
Trade Area (AfCFTA) Process

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/9110>

Downloaded from African Union Common Repository